



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Anísio Clemente Filho – Presidente, Cláudio José de Deus – Vice-Presidente e Viviane Gomes de Matos – Secretária. Senhor Presidente: “boa noite a todos. Solicito à Senhora Secretária a chamada dos vereadores presentes”. Senhora Secretária: “boa noite. Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Anísio Clemente Filho, Cláudio José de Deus, Danúbio de Souza Machado, Joselino Santana Dias, Juliana Ellen de Sales, Silvânio Aguiar, Thiago Felipe de Almeida, Viviane Gomes de Matos”. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a ausência justificada do vereador José Carlos de Oliveira. Sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Senhor Presidente: “registramos aqui a presença de Rogério Rodrigues da Silva, Presidente Nacional da Abracam. Seja bem-vindo”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por oito votos. A Senhora Secretária proferiu leitura da correspondência recebida: Do vereador José Carlos de Oliveira. Ofício nº 60/2022. Nova Lima, 05 de julho de 2022. À Presidência da Câmara Municipal de Nova Lima. Informa que não poderá estar presente na sessão plenária do dia 05 de julho de 2022, por motivo



de saúde. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.151/2022, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece Diretrizes Gerais para a Elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2023 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, Presidente. Primeiramente, boa noite, boa noite, vereadora Viviane, boa noite ao público que nos acompanha de forma presencial e remota. Eu aguardei aqui achando que teríamos uma carta ao menos do ex-secretário de planejamento, André Rocha. Não temos nada com relação à ausência dele que, inclusive, me mandou uma mensagem no WhatsApp dizendo que não poderia mais comparecer porque pediu exoneração ontem. Eu o convoquei há duas semanas, para quem não se lembra, recapitulando aqui, eu convidei o secretário de planejamento para estar aqui há duas semanas atrás, ele estaria hoje, mas ontem ele pediu exoneração. E a gente vai ficar sem respostas? Assim, porque ele disse que encaminhou alguma coisa para a presidência, para a Câmara, isso é verdade?”. Senhor Presidente: “senhora vereadora, até esse presente momento, não chegou nada na Casa, nem na presidência, nem na parte parlamentar. Vamos aguardar, vamos consultar o nosso jurídico se mesmo, ele está demissionário do cargo, não sei se já saiu ou não a demissão dele, a posteriori, se ele pode comparecer. Está bom?”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente. Só um instante”. Senhor Presidente: “por favor, por favor, peço a vocês”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “porque eu acho que vamos convergir em muitas questões aqui”. Senhor Presidente: “só um minuto. Pedir ao



pessoal da plateia que, infelizmente, é uma reunião nossa e eu peço a vocês para não se manifestarem. Pois não, vereadora”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “veja bem, Presidente, vocês não têm noção do quanto eu esperei para estar aqui de frente com o secretário e agora ex-secretário André Rocha, e acredito que a população que está aqui presente também aguardava ansiosamente a presença do secretário. Veja bem, eu estou há mais de 300 dias sem resposta por parte da prefeitura. Eu tinha feito mais de 32 perguntas para serem feitas para o secretário de planejamento, eu não vou aguardar mais nenhum dia sequer porque isso já tá virando brincadeira. E aí, Presidente, já que ele não se encontra, eu acho que a gente não pode ficar sem essas respostas. E como todos sabem, eu estou desde o início do meu mandato pesquisando tudo que envolve o tema da duplicação da MG-030 e sei o quanto essas respostas são importantes não somente para mim, mas como para a população que sofre diariamente com essa obra que vem se delongando por muito tempo. E ao longo desse um ano e sete meses que nós temos aqui de mandato, o que mais me impressionou por parte da prefeitura, Presidente, vereadora Viviane, vereador Claudinho, é a falta de transparência da prefeitura, essa é a principal coisa que a prefeitura tem apresentado, falta de transparência com relação à obra da duplicação da MG-030. Então, dentre as vagas respostas dadas pela prefeitura, da dificuldade em obter informações importantes no seu Portal que deveria ser um portal de fato transparente, contendo ali todos os documentos referentes a esta duplicação, do descumprimento inclusive com prazos e diversos aditivos, a falta de transparência chega a um nível tão assustador por parte da prefeitura que nem o contrato administrativo da



prefeitura com a empresa vencedora desse edital está no site. Eu acredito que isso não é uma postura de gestores, nem deve ser uma postura da administração pública. Como eu disse, eu teria mais de 32 perguntas ou 32 pelo menos para fazer ao secretário. Eu estava disposta, Presidente, a ficar aqui a noite toda, o tempo que fosse necessário para que ele me respondesse, eu acredito que a população também me acompanharia nessa, estaria disposta a ficar aqui, madrugada a fora, aguardando as respostas que eu venho esperando há mais de 300 dias inclusive. Mas, pela ausência do ex-secretário André Rocha, eu vou fazer aqui, gente, alguns questionamentos que eu pontuo como sendo os mais preocupantes e os mais importantes dentro desses questionamentos que eu e a minha equipe construímos ao longo desse um ano e sete meses de mandato. Eu deixo aqui esses questionamentos, são quatro as principais questões que eu vou apontar aqui. Por que, Senhor Presidente, que eu gostaria inclusive que a prefeitura nos respondesse porque uma proposta de licitação que deveria ser considerada inexequível e logo desqualificada, foi tida como proposta vencedora. E aí, só para contextualizar a população que nos acompanha de forma remota e presencial, a empresa vencedora, Senhor Presidente, ela apresentou uma proposta no valor de vinte e um milhões, trezentos e noventa mil, quatrocentos e setenta e nove reais e três centavos. E por outro lado, conforme publicado pela prefeitura no Portal da Transparência, o valor estimado da licitação era de trinta e um milhões, seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta centavos, ou seja, a proposta vencedora equivale a menos de setenta por cento do valor total apresentado pela prefeitura. E segundo, Presidente, a



Lei 8666/93, qualquer proposta abaixo de setenta por cento é considerada, sim, inexequível e deveria ser desclassificada. Outro ponto que eu ressalto aqui, que eu gostaria muito de saber da prefeitura, eu quero saber se uma obra que já ultrapassou 85% do valor originalmente contratado foi de fato planejada. Eu acho que somente o secretário de planejamento e gestão poderia me responder se, de fato, houve planejamento com relação a essa obra. E só para contextualizar ao público novamente que nos acompanha, o valor original da duplicação da MG-030 foi contratado em cerca de 21 milhões e hoje, conforme o portal da transparência, a obra alcançou o montante de 39 milhões de reais. Então, assim, vou fazer aqui uma analogia porque 39 milhões é algo que foge da realidade de qualquer cidadão brasileiro, sobretudo em um momento em que a população vive em miséria, vendendo o almoço para comprar o jantar, não é Presidente? Seria basicamente, Presidente, se eu tivesse orçado, fazendo uma analogia, a compra de um celular que eu queria muito comprar por mil reais, e quando eu saio para comprar esse celular, no meio do caminho, eu encontro uma empresa que me apresenta um celular que, em tese, vale mil reais, essa empresa me apresenta o mesmo celular no valor de seiscentos e noventa reais. E a dúvida que eu deixo em aberto é: será que eu devo, de fato, confiar nesse celular, nessa empresa que está vendendo um celular de seiscentos e noventa reais que vale mil reais? E agora, Presidente, imagina só se essa mesma empresa que me vendeu o celular que valia mil reais por seiscentos e noventa, no meio do caminho, essa empresa decidiu não entregar o celular pelo valor acordado inicialmente e falou que só me entregaria se eu pagasse o valor de mil, duzentos e



setenta e seis reais e cinquenta centavos, um valor que eu praticamente quase compraria outro celular, além daquele que eu desejava no valor de mil reais. Então, vocês achariam que é um bom negócio? Eu acredito que a maioria da população acha que não. E eu faço essa analogia, Presidente, porque a prefeitura concordou em pagar a mais por esse celular que na real, que na realidade esse celular é a obra de duplicação da MG-030. E aí, eu queria entender da prefeitura, eu e a população queríamos entender por quais motivos essa obra ficou tão mais cara que o valor original. Eu quero, Presidente, aqui eu acho que é um ponto também importante, que a prefeitura nos esclareça ainda por qual motivo o resultado da auditoria da duplicação ainda não foi apresentado e porque esse contrato não está público. A empresa de auditoria contratada pelo atual governo, no dia dezessete de dezembro de 2021, pelo valor de duzentos e quarenta e cinco mil e setecentos reais, para fazer uma auditoria com uma perícia técnica, uma perícia contábil, uma perícia financeira e de engenharia, e nós ainda não temos nenhuma informação com relação a essa auditoria contratada. Mas nós sabemos, Presidente, que recentemente houve um aditamento do contrato dessa auditoria que prorrogou o prazo de entrega em mais 50 dias. Só que aí, pasmem, esses 50 dias já acabaram, era para gente ter tido acesso ao resultado dessa auditoria que expirou a entrega no dia vinte e nove de junho de 2022. Então, a gente não tem acesso à auditoria, a gente não tem acesso ao contrato, a gente não sabe qual é o teor do contrato dessa auditoria que vai avaliar questões técnicas, contábeis, enfim, tudo envolvendo o contrato da duplicação da MG-030. E para finalizar, Presidente, me desculpa mesmo estar me alongando



aqui porque, de fato, me entristece e me revolta essa falta de transparência por parte da prefeitura em tudo que envolve a duplicação da MG-030. E para finalizar, esse é um dos pontos que eu trago aqui, gente, que para mim é um dos pontos mais sérios e preocupantes, e que deve ser esclarecido pela prefeitura, vejam bem, por qual motivo foi estipulado um pagamento com uma dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde para ser usado na duplicação da MG-030? Imagina aqui, gente, dinheiro da saúde indo para uma obra de duplicação que nem foi concluída, em plena pandemia. Isso é muito sério e deve ser investigado, Presidente. E eu questiono isso porque no dia onze de junho de 2021 foi realizado um reajuste no valor da obra e a dotação orçamentária que constou no documento que está inclusive no site da prefeitura, é da Secretaria de Saúde. E pela falta de transparência mais uma vez da prefeitura, eu não consigo saber ao certo se esse valor saiu ou não dos cofres públicos. Por isso, eu acho muito importante que essa questão seja esclarecida para ontem assim, se esse dinheiro saiu da saúde em plena pandemia para bancar obra de duplicação da MG-030. Isso é uma coisa séria que deve ser investigada, Presidente. Eu queria muito, muito mesmo que o secretário ou ex-secretário estivesse aqui para me esclarecer todas essas coisas. E como a gente não vai ter a presença dele aqui, eu já de antemão gostaria de convocar a Secretária Municipal de Obras, o Secretário Municipal de Saúde para esclarecer se, de fato, esse dinheiro saiu da pasta da saúde para bancar obra, para ver se a gente vai ter alguma resposta. Mas como eu já estou cansada de esperar, são mais de 300 dias sem resposta, eu vou ter que acionar o terceiro poder que é, no caso, o poder judiciário. Já que a gente não tem



resposta via ofício, via TAG, via requerimento, o meu gabinete entrará com uma ação no Ministério Público contra a prefeitura para a gente investigar essa duplicação da MG-030, porque eu já cansei e a população também. E aí, Presidente, para concluir uma fala que eu tive com um amigo meu esse final de semana, ele perguntou para mim assim: ‘Juliana, você não tem medo, não? Medo de estar lidando com essa gente, medo de estar na política num momento tão tenebroso como esse, que o nosso país está vivendo?’. Eu respondi para esse amigo, Presidente, que eu tenho medo, sim, tenho muito medo, tenho medo pela minha vida, pela minha vida da minha família, mas eu não posso me dar ao luxo de recuar, de me tomar pelo medo, de me acovardar ou de qualquer outra coisa por medo, inclusive, de retaliações, por medo de mais ameaças como eu já sofri, por medo de qualquer outra coisa. É meu papel estar aqui fiscalizando essa prefeitura, então jamais vou abaixar a cabeça, eu jamais vou me acovardar mesmo tendo medo dessas pessoas que hoje estão no poder da política do nosso país, do nosso Estado, do nosso município, porque, gente, mais uma vez, a população está sofrendo, está sofrendo quando vê essa obra da MG-030 do jeito que está, está sofrendo com o desemprego, está sofrendo com falta de moradia, quantas moradias foram entregues nesse um ano e sete meses de mandato? A população está sofrendo pelo desemprego, novamente, a população está vendendo o almoço para comprar a janta. Então, eu não posso me dar o direito de me afrouxar, me acovardar ou me esmorecer por causa de ameaça ou porque vão falar que eu sou arrogante, porque vão falar que eu sou histérica, porque vão falar que eu sou qualquer coisa. Eu estou cansada, Presidente, cansada





mesmo, de verdade, e decepcionada com essa postura da prefeitura de falta de transparência. Eu sei que depois daqui eu vou receber inúmeras ligações, eu sei, porque até a minha mãe, inclusive, já está ameaçada. E eu não tenho medo, podem mexer com quem quiser, mexam com a minha família, mexam comigo, mas eu não vou me calar, eu não vou silenciar, porque a população merece resposta sobre onde está indo esse dinheiro. Veja bem, são milhões e a prefeitura sequer responde para onde está indo esse dinheiro, sequer responde cadê os contatos, porque teve tanto aditivo e sei lá o quê, porque uma obra que era estimada em 31 e aí uma empresa ganha por 21 milhões e depois, no final das contas, ela ganha 36 milhões. O que é isso, gente? Que falta de transparência é essa? Então é isso, Presidente. Vou convocar o Ministério Público, vou convocar o poder judiciário porque o que eu vejo é o Poder Executivo desrespeitando o Poder Legislativo, que aí entra aquela coisa do freio e contrapeso, *checks and balances*, que eu aprendi há muito tempo atrás, a gente precisa de freios e contrapesos, por isso que existem três poderes, por isso que a gente às vezes tem que acionar o judiciário, por causa desse desrespeito que o Executivo faz com o Legislativo. É sobre isso, Presidente. Muito obrigada”. Senhor Presidente: “só um detalhe, você pediu a convocação da Secretária de Obras e do Secretário de Saúde”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “e do Secretário de Saúde, Presidente, sabe porque? Porque tem um documento aqui que está lá no Portal da Transparência, uma dotação orçamentária saiu, conforme estimativa de impacto orçamentário, da Secretaria Municipal de Saúde. A gente precisa entender se, de fato, esse dinheiro saiu ou não saiu, em plena pandemia, em plena pandemia, quando



a gente estava votando aqui inclusive dinheiro para o Hospital Nossa Senhora de Lourdes que estava capengando, passando dificuldade, a gente votou aditivos, a gente precisa saber, urgente, se esse dinheiro da saúde saiu ou não saiu para custear obra de duplicação da MG-030, uma obra que inclusive nem acabou e eu acho que não vai acabar pelo andar da carruagem, infelizmente. Senhor Presidente: “obrigado. Juliana, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, nós não vamos poder discutir o assunto, não?”. Senhor Presidente: “uai, você fica à vontade”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pode?”. Senhor Presidente: “pode, uai. Se você quiser, a palavra é sua, Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, eu quero fazer coro à vereadora Juliana, talvez as pessoas se espantem por isso. Vereadora, a senhora tem razão, a senhora tem razão em pedir transparência, a senhora tem razão em pedir resposta. Inclusive aqui, vereador Silvânio é testemunha disso, eu fiquei quatro anos aqui pelejando com isso, não é, Silvânio? Eu só queria que quando essas respostas chegassem, eu também pudesse ter acesso. E para deixar claro, todas essas perguntas, questionamentos que a senhora trouxe e que são importantes que sejam esclarecidos, a prefeitura vai ter que resgatar documentos do governo passado. Não, não, exato. Não, gente, lógico que é. Não estou falando assim, é a mesma coisa, não pode existir para a população é diferença, isso é óbvio, óbvio, em momento nenhum eu falei o contrário disso. Mas é porque da forma como a senhora... É só para trazer à luz aqui, essa licitação ocorreu no governo passado, se não me engano em 2019, agora de cabeça eu não sei, a obra começou no início de 2020, deve ter acontecido no final



2019 ou início de 2020. E os mesmos questionamentos que a senhora faz, assim, eu já fiz por ofício, por requerimento, o que quer que seja e também não obtive resposta. E essas perguntas acredito, óbvio, que elas vão aparecer no resultado da auditoria que a senhora bem citou aqui. Foi dia 29 de junho que a senhora citou a data, vai chegar. Não, vamos buscar o porquê dos 50 dias, tem uma justificativa, porque se não tiver é Ministério Público, óbvio, é isso mesmo, nós não estamos... O Poder Legislativo não é refém do Poder Executivo, os poderes precisam ser harmônicos, como a senhora bem citou. Eu estou falando verdadeiramente, precisa de resposta. Eu falei aqui, algumas semanas atrás, tem que ser falada a verdade para as pessoas. Mas eu só pedi essa fala aqui para deixar justificado que todos os principais, pelo menos os principais questionamentos trazidos pela senhora, com razão, o porquê dos 31, do edital de licitação publicado nos 31 milhões, porque foram vencidos por 21. A senhora já se atentou, vereadora, e vou aqui fazer uma provocação positiva, a senhora já se atentou para o objeto dessa licitação? Estou chamando atenção de forma positiva, se atente também para o objeto da licitação, a senhora vai se surpreender, porque foi feito de uma forma, quando na verdade deveria ter sido feito de outra. Isso vai aparecer na auditoria. Então, a gente realmente, não só nós vereadores, mas a população precisa, sim, de resposta. Parabéns”. Em seguida, a Senhora Secretária proferiu leitura do Projeto de Lei nº 2.152/2022, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.896, de 18 de janeiro de 2022, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor de repasses de subvenções, contribuições e auxílios financeiros à Liga



Municipal de Desportos de Nova Lima, no exercício de 2022”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que o senhor consultasse o Plenário e que colocasse parecer conjunto desse PL”. Senhor Presidente: “coloco em discussão a proposta do vereador Zelino para que seja realizado parecer conjunto das comissões. Em discussão, em votação”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “contra, Presidente, me manifesto contrária a parecer conjunto”. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Será realizado parecer conjunto das comissões: Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Serviços Públicos, Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 2.147/2022, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Institui o direito do contribuinte de ter acesso a meios e formas de pagamento digital, tais como PIX e transferência bancária, para quitação de débitos de natureza tributária, taxas e contribuições no âmbito do município de Nova Lima”. Em segunda e última votação, aprovado por oito votos e encaminhado à sanção. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Requer ao Prefeito Municipal que seja reparada a Rua Argenico José Silva no Bairro Mina D’água. Aprovado, oito votos. 2) Autoria do vereador Danúbio de Souza Machado: Remete ao Prefeito Municipal a sugestão de Lei que dispõe sobre a contratação mínima de 50% (cinquenta por cento) de artistas locais, grupos, bandas, músicos e afins para apresentação e/ou exposições, eventos artísticos, musicais, culturais e similares



organizados pelo município de Nova Lima ou por pessoas jurídicas que receberem subsídio ou auxílio financeiro do poder público municipal ou através dele. Aprovado, oito votos. 3) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a revitalização da praça localizada à Rua Curitiba, Bairro Cristais. Aprovado, oito votos. 4) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal a conclusão dos serviços para execução de pavimentação asfáltica e galeria pluvial à Avenida Antônio Serafim da Silveira, nº 02, Bairro Matadouro. Aprovado, oito votos. 5) Aatoria da vereadora Juliana Ellen de Sales: Requer à Câmara Municipal de Nova Lima, tendo em vista a falta de resposta do poder público para esclarecer todo o processo de execução da obra da MG-030: 1) a convocação da então secretária de obras, do secretário de saúde do município de Nova Lima para prestar esclarecimentos sobre a possível utilização da dotação orçamentária da saúde para empenho da obra da MG-030 e do secretário de planejamento ou responsável pela pasta; 2) realização de audiência pública nesta Casa Legislativa, em data posteriormente definida, com o objetivo de analisar os impactos da obra de duplicação na MG-030 para a população do município e para que possam ser ouvidos, pois são eles que foram diretamente ou indiretamente afetados tanto pela obra de duplicação quanto por sua paralisação. Requer à Comissão de Serviços Públicos Municipais da Câmara Municipal de Nova Lima uma visita técnica ao trecho entre a ponte sobre o Ribeirão dos Cristais, altura do Bairro Chácara Bom Retiro, até o trevo da máquina (no final da Avenida Presidente Kennedy), totalizando 4,2 km determinado como objeto do Contrato 051/2020 com o trecho da



MG-030 a ser duplicado. Solicita que sejam convocados para essa visita: representante da empresa Bom Retiro Empreendimentos e Participações Ltda., a secretária de obras da prefeitura de Nova Lima, o secretário de planejamento ou o responsável pela pasta e o secretário municipal de meio ambiente. Convida a Mesa Diretora e demais vereadores para participarem tanto da audiência pública, quanto da visita técnica, tão importantes para cada cidadão nova-limense. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “pela ordem, só um ponto que eu gostaria, queria convidar também a população para que nos acompanhe nessa visita técnica e também para que participe da audiência pública assim que tivermos uma data. Aprovado, sete votos. 6) Aatoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Poder Executivo melhorias na sinalização das ruas do Bairro Boa Vista. Aprovado, oito votos. 7) Aatoria do vereador Anísio Clemente Filho: Requer ao Poder Executivo que seja realizada análise para pavimentação e drenagem da Rua João Isnard Márcio Pinto, Bairro Honório Bicalho. Aprovado, oito votos. Vereador Cláudio José de Deus: “Presidente, quero aproveitar a oportunidade aqui, eu fiz um ofício a respeito de um esgoto que está descendo no Polivalente, não sei se está incomodando ou já está quase matando as pessoas lá. Assim, eu acho que não... Eu já fiz ofício, já fui ao Pátio. Igual a Juliana falou, a resposta é muito lenta, só que o povo não espera muito assim, não. Não está podendo esperar, não. Já está chegando até dentro da casa do pessoal. Então, assim, aproveitar o requerimento aqui, aproveitar que a gente está ao vivo aqui para ver se pessoal toma providência lá porque já passou do limite. Obrigado”. Aprovado, oito votos. Senhor Presidente: “inclusive, Claudinho, chegou



também ao meu conhecimento esse esgoto, eu tive uma resposta do Pátio, através do Amaury, que aquele esgoto é do próprio Polivalente mesmo e que eles vão tomar providência, que ali está saindo um talude. Isso que eles me falaram, está saindo um talude lá e está na programação de fazer. Agora, estar na programação e fazer. Vamos aguardar, ficar atentos porque o estado que está aquele esgoto lá, até o bar em frente, a dona teve até que fechar por causa do mau cheiro”. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Só complementar o ofício do Claudinho, eu também fiz um ofício, inclusive acho que o rapaz que fez uma gravação lá, ele até citou você e me citou também, que tinha procurado nós dois. E além do seu ofício, tem um ofício meu, tem agora também o pedido do Presidente que foi procurado. Então, é só para dar essa reforçada mesmo, que aquela questão tem que ser solucionada o mais rápido porque lá está difícil. Obrigado, Presidente”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. No início do ano, só para reiterar, eu também acompanhei de perto porque estava tudo estourado, iniciou o ano letivo, sem as crianças terem acesso, os jovens, os adolescentes. E aí, foi feita uma obra que, na verdade, não foi feita por completo e o problema continua acontecendo. Na época, nós fizemos ofício aqui e novamente a escola, através dos professores e do diretor, tem procurado a gente também para resolver porque um ambiente educacional com mau cheiro, com esgoto, não tem como funcionar. Então, fica aqui também, se eu puder assinar junto com você o pedido, Claudinho”. Senhor Presidente: “pois não, vereador Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, boa noite. Boa noite, público que nos assiste de casa,



público aqui presente também. Senhor Presidente, senhores vereadores, eu recebi ainda no período anterior a essa minha última saída, os agentes comunitários de endemias de Nova Lima, alguns, um grupo deles no meu gabinete, em que trouxeram naquele momento parte de solicitações relacionadas ao seu processo laboral, inclusive a ganhos. E aí, eu quero solicitar da administração municipal que ela encaminhe para essa Casa se já está havendo algum estudo para que possa colocá-los nesse processo. A prefeitura está fazendo um processo para regularizar toda a situação dos servidores da administração municipal, então eu penso que seria o momento oportuno para que se fizesse essa análise e mais do que a análise, que tivesse um processo que pudesse dar os ganhos que, de fato e de verdade, eles já têm direito, pagamento de progressões, insalubridade de quarenta por cento do salário, regularização do último processo seletivo dos agentes comunitários de endemias e agentes comunitários de saúde, pagamento de incentivo anual que já é transferido para o município, segundo eles. Mais uma vez, assim, as informações que eu tenho são dos próprios agentes de saúde que estiverem no meu gabinete, eles disseram que esse valor já é transferido para o município e que ele, em tese, é usado para outros fins. Então, eu penso que seria interessante que a administração nos encaminhasse essas informações e se já está, de fato, havendo um estudo para isso. Aproveitando a presença dos agentes comunitários de saúde e endemias aqui, ressaltar o trabalho deles para o município, principalmente nas questões da dengue, da chikungunya, da questão da própria Covid que tivemos. Eu penso que foi importante o trabalho desses profissionais na nossa cidade e aí o





reconhecimento deles é também de suma importância. E antes, Senhor Presidente, que as pessoas venham falar que eu votei contra direito de servidores aqui no passado, eu gostaria deixar muito claro que aquele momento era outro, a cidade vivia um outro momento, uma outra situação financeira. E hoje, com a situação financeira que o município vive, com o caixa que a prefeitura tem, eu penso que é muito oportuno que se faça o reconhecimento desses profissionais na nossa cidade. É o meu requerimento, espero que a prefeitura possa nos retornar com respostas o mais breve possível”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “um aparte, vereador?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido ao vereador Álvaro”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a prefeitura já está fazendo análise, sim. O pessoal deixou a documentação rica, completa comigo, já está na mão do governo. Espero, em breve, resposta assim como todos também esperam, principalmente a turma. E cumprimentá-los pela manifestação respeitosa que já fazem aqui não só de hoje, mas já de sessões anteriores também presentes. E, se possível, Presidente, eu sei que estou pegando o senhor de surpresa aí”. Senhor Presidente: “não. O Danúbio já pediu, eu já liberei. É a fala que você vai falar?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é, para eles poderem. A Isabela se for o caso, se ela...”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “você me dá um aparte também?”. Senhor Presidente: “pois não”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “que aí ela pode se manifestar. Eu acho que melhor do que ninguém, eles falarem...”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “na verdade, vereador, o senhor me dá um aparte? Posso? Boa noite a todas e a todos. Eu acho muito



importante, bem colocado pelo Silvânio, algumas ponderações, também pelo Álvaro. Eu como servidor público também fico muito feliz de ver os servidores aqui, na Casa, e demais plateia, a gente tem que ocupar esse espaço mesmo. Eu tinha feito o pedido já ao Presidente informalmente para que possa ser aberta a fala e, se for possível, o Vladimir também. Quer falar, Vladimir? Se você quiser, comparecer, que ele tinha me pedido, a gente faz abertura da fala para os dois. Pode ser?”. Senhor Presidente: “vamos só fechar a parte do Silvânio. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Permitir aparte do pessoal da enfermagem, da saúde. Fica à vontade”. Servidora Isabela Marinas: “boa noite a todas e todos aqui presentes. Em primeiro lugar, antes que eu me apresente, eu quero cumprimentar o Presidente desta Casa, vereador Anísio Clemente. Fazer um cumprimento especial ao vereador Álvaro Azevedo que muito respeitosamente nos recebeu em seu gabinete, assim como o Silvânio. Mas concluir, Silvânio, aquela etapa inicial nas mãos do Álvaro que é chefe do governo na Câmara. E quero cumprimentar o conjunto de vereadores na pessoa do meu companheiro de partido, vereador Thiago Almeida, que também se colocou à disposição, Thiago, mas por uma questão ética, partidária, eu dei as condições mesmo, para ficar isento, nas mãos do Álvaro. Bom, gente, meu nome é Isabela Marinas, eu sou servidora com onze anos de vida pública e eu estou aqui nessa tarefa de representar, eu e o Vlad, que é Agente de Combate a Endemias, toda a nossa luta para melhores condições de trabalho. Eu tenho que dizer a vocês que enquanto a valorização dos servidores for dada a conta-gotas na recuperação



do que aconteceu em 2017, momentos como esse vão ser mais constantes aqui nessa Casa, muito mais constantes. Então, eu peço que vocês deem um pouco de atenção, sejam sensíveis a tudo o que o servidor tem passado e que de certa forma tem se sentido um pouco sem tanta representação, inclusive sindical. Então, enfim, nossas demandas são muitas, mas para ser objetiva, eu vou destacar duas aqui que são as principais e que constam aqui na nossa faixa hoje. A primeira é a questão do nosso piso salarial aprovado pela emenda constitucional 120, que diz que nenhum ente federado pode pagar à categoria dos ACS's e dos ACE's valor inferior a dois salários mínimos. Nessa questão, a gente tem aí uma dependência que a União mande esse recurso para o município, só que a gente queria que o recurso que chegasse aqui considerasse as progressões de quem já está há mais tempo na ativa. E a outra questão que a gente pede também com muita força é que sejam regularizados os contratos dos ACS's e dos ACE's dos certames de 2020. Nós temos uma lei, a Lei Federal 11.350, e ela regulamenta que não se pode contratar esses profissionais por prazo determinado, a não ser que for caráter de urgência. Os meus colegas que cá estão passaram por processo seletivo público, enfrentaram várias etapas para que pudessem ocupar o cargo onde estão e, já que tem lei regulamentando, não faz sentido eles ficarem assinando aditivo de contrato, então eu peço que haja observância. Eu deixei a documentação nas mãos do Álvaro, já foi entregue ao secretário de administração, já é ciência do Chefe do Executivo, o Prefeito João Marcelo. Então, nesse sentido, eu peço que ele dê uma atenção para o que a gente está pedindo. E peço que vocês, dessa Casa, façam força com



a gente, vocês que estão na incumbência inclusive de proteger a nossa Constituição. E queria saber, Vlad, quer um aparte? Muito obrigada, gente”. Servidor Vladimir: “boa noite a todos os senhores que compõem a Mesa. Agradeço ao vereador Danúbio também por ter cedido o espaço, o Álvaro que está sempre acompanhando a nossa categoria também. Deixar bem claro aqui que nós somos Agente de Combate a Endemias e Agente Comunitário de Saúde. Trabalho na área há quatorze anos. Como a Isabela falou, a PEC 22 foi aprovada, já foi promulgada. O que nós viemos pedir aqui é que seja respeitado o repasse, igual a Isabela falou, de no mínimo dois salários mínimos com as progressões, a primeira progressão foi em julho de 2009, que foi dez por cento, foi a Lei 2023/07; a segunda progressão foi de sete por cento, que foi paga a partir de julho de 2019, sendo que quatro por cento dessa Lei 2023 de julho de 2007 e três por cento da 2590 de 2017. Deixando bem claro aqui a respeito do que o vereador Silvânio chegou a fazer a colocação, que na época da reforma administrativa, foi necessário? Foi necessário, sim, mas não da forma que foi feita. O vereador Álvaro foi um dos que tentou pedir vistas naquele momento para que a lei não fosse aprovada. Não estou aqui para poder discutir a respeito disso, mas hoje o repasse que está sendo feito pelo Ministério da Saúde é do valor integral, então isso não onerará nada na folha salarial da prefeitura, e isso não conta para fins de responsabilidade fiscal, tá bom? E é bom enfatizar também, igual a Isabela falou, a respeito do contrato dos meninos. Hoje eu faço parte da coordenação do setor de zoonoses do município de Nova Lima, onde ocorre, sim, a assinatura desse aditivo de um contrato de um ano. E, querendo ou não,



os meninos ficam meio ansiosos: ‘e aí, vai renovar o contrato, não vai’. Nem nós, da coordenação, sabemos de fato o que realmente vai acontecer. Então, o que a Isabela falou é que é vedado o aditivo de contrato por tempo determinado via processo seletivo. Então, pedimos à Casa que avalie a situação dos Agentes de Combate a Endemias e Agentes Comunitários de Saúde que estão nessa situação de contrato, tá bom? Muito obrigado a todos, boa noite”. Servidora Isabela Marinas: “só mais um aparte. Nós começamos a nossa iniciativa muito por colaboração de um convidado que está aqui presente e foi anunciado no começo da sessão, é o Rogério, ele é Presidente da Associação Brasileira de Câmaras Municipais e tem uma sugestão de emenda à Lei Orgânica. Então, se fosse permitido um aparte para que ele pudesse explicar do que se trata. A lógica aqui é que seja dada, de forma remuneratória e pelo contrato sendo regularizado, a justa dignidade à categoria de ACS’s e de ACE’s. Não faz o menor sentido nós trabalharmos na mesma forma, de sol a sol, na casa das pessoas, na casa de muitos de vocês que estão aqui presentes, e esses novos contratos serem vistos como a subclasse do que fazemos, está certo? Muito obrigada, vereadores”. Senhor Presidente: “só um pedido para vocês, Isabela e Vlad, a mesma documentação, até para a gente ficar mais a par, foi enviada ao Álvaro, não sei se Danúbio também recebeu, vocês enviarem aos gabinetes dos vereadores e quando essa reforma vier aqui, a gente estar... Para poder discutir. Mas eu já garanto para vocês que a Casa aqui é uma Casa democrática e quando chegar aqui, os primeiros ouvidos serão vocês, antes de qualquer votação. Vocês estão concordando com isso como nós fizemos das outras vezes quando outras



classes estiveram aqui. Pois não, Rogério, pode”. Senhor Rogério Rodrigues da Silva: “boa noite, Presidente. Prazer enorme estar aqui em Nova Lima, uma das cidades mais progressistas da região metropolitana de Belo Horizonte, na pessoa de quem eu quero cumprimentar os demais membros da Mesa, cumprimentar os senhores vereadores, cumprimentar os Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias e, diga-se de passagem, um dos servidores mais importantes desse país, porque eles é que abrem as portas, é a porta de entrada de toda a qualidade de saúde que nós temos hoje, quer dizer, eles são essenciais a esse sistema de saúde que está implantado, que se chama o SUS. Sem eles, talvez nós não teríamos condição de prosseguir nesse programa, nesse sistema que é hoje reconhecido a nível mundial. Mas eu quero dizer, Presidente, que eu não estou mais como presidente da Abracam, não, foi só até março agora. Eu fiquei 15 anos na presidência da Associação Brasileira das Câmaras Municipais, hoje ocupo a cadeira de consultor jurídico da Abracam e também consultor jurídico de duas entidades, uma estadual, que é a Federação dos Agentes de Saúde e Combate a Endemias de Minas Gerais, e a segunda, o Fnaras, que é o Fórum Nacional de Representação dos Agentes de Saúde do Brasil. Nós temos hoje em Minas Gerais, até mesmo para clarear para os vereadores aqui, nós temos hoje 40 mil agentes em Minas Gerais e temos cerca de 420 mil agentes no Brasil, é um exército muito grande, mas esse povo não é reconhecido, esse povo não é enxergado pelos políticos, esse povo não tem visibilidade, esse povo não tem auto estima, esse povo é muito desprezado e sempre foi assim. Então, lá em Brasília, Presidente, a Abracam que é uma entidade de



vereadores a nível nacional, Associação Brasileira das Câmaras, nós estivemos lá, nos corredores daquele imenso salão ali da Câmara e do Senado, convivendo com os agentes, com as entidades de representação e resolvemos marcar uma reunião para a gente poder conversar, o que a Abracam poderia contribuir com essa causa. Nós chegamos então a uma conclusão, embora a gente tenha hoje uma legislação federal posta que garante direitos dos agentes e que muitos prefeitos não estão executando no Brasil, a insalubridade já é um direito que está garantido na lei federal e agora veio na emenda constitucional 120, não se discute mais o direito, se discute agora percentuais, se é grau leve, qual o percentual do grau leve, do grau médio e do grau máximo, qual é esse percentual. Isso é o que se discute no momento, não mais se ele tem ou não tem direito. E, na verdade, essa insalubridade, Presidente e nobres vereadores, ela tem que ser em cima do piso nacional, que hoje mudou, não é mais piso, é vencimento, que hoje é no mínimo dois salários mínimos. E não pode o gestor público completar os dois salários mínimos com as insalubridades e com as progressões, tem que ser a partir dos dois salários mínimos, ou seja, a insalubridade tem que ser calculada em cima dos dois salários mínimos. Então, veja bem, o que nós fizemos, qual foi a parceria? Ao invés de a gente ficar esperando as coisas acontecerem em Brasília, que é muito difícil de acontecer, desde 2011 que nós estamos trabalhando para aprovar uma PEC, ou seja, são 11 anos tomando chá de cadeira, os Agentes de Saúde dormindo naqueles corredores do Congresso, levando chá de cadeira todos os dias de deputados, se humilhando lá para poder conseguir mais dignidade através dos seus salários. Então, nós resolvemos fazer o



seguinte, olha, se o vereador é o político mais importante desse país, é a base da pirâmide política da nossa nação brasileira e é aqui nessa Casa a escola primária, é o jardim de infância, é o pré-escolar de todo político que pretende galgar os degraus da vida pública, tem que passar por aqui para depois ir para o Executivo, ir para a Assembleia, ir para a Câmara dos Deputados e assim por diante. Não é verdade? Então, se nós temos os vereadores que são os políticos mais importantes do Brasil e que querem o bem-estar da população, para cuidar do bem-estar da população, nós temos que valorizar primeiros os agentes, tem que valorizá-los pois eles é que cuidam da saúde do nosso povo. Perfeito? Então, nós resolvemos criar, Presidente, uma legislação municipal, juntamos a assessoria jurídica da Abracam e a assessoria jurídica do Fnaras, do Fórum Nacional, e nós temos lá a Doutora Elaine que é uma das advogadas mais competentes, eu também sou advogado, mas foi ela que construiu toda essa legislação, a Lei Ruth Brillhante, a Lei 11.350, tudo saiu das mãos dela, a emenda constitucional 51, todas essas leis, toda a legislação saiu das mãos, da inteligência dela. Perfeito? Então, vamos construir uma proposta e que a gente pudesse chamar os vereadores a serem protagonistas desse momento, de que forma? Vejam bem, senhores vereadores, nós temos que acabar de uma vez por todas com aquela ideia do passado, retrógada, arcaica, de que vereador não pode fazer quase nada, tudo tem que ser iniciativa do Executivo. Isso já caiu por terra há muito tempo. O vereador, no nosso entendimento, da Abracam, o vereador pode quase tudo, só tem três matérias que o vereador não pode legislar e vocês sabem muito bem que são as leis orçamentárias, a iniciativa é de lá, o regime





jurídico único e criação de cargos e salários e tudo mais. Só essas três, as demais matérias todas são de iniciativa concorrente. Então, vem o artigo 30 da Constituição Federal e diz que é a competência do município, é competência do Legislativo legislar sobre assuntos de interesse local, e esse é um interesse local. Inciso segundo do artigo 30, complementar a legislação federal, complementar a legislação federal é uma competência nossa. Então, com a emenda à Lei Orgânica, nós estamos complementando a legislação federal, ou seja, trazendo para o âmbito do município uma legislação que já está posta lá, ou seja, a insalubridade é o primeiro ponto. O segundo ponto é o auxílio financeiro, que a gente não sabe se vai continuar com essa nova metodologia da emenda constitucional 120, mas o governo federal, Presidente e senhores vereadores, manda uma vez por ano esse incentivo para o município para que o município possa valorizar a classe. E, às vezes, os prefeitos, os gestores do Brasil pegam esse recurso para pagar décimo terceiro ou para comprar equipamento, entendeu? Esse recurso tem endereço certo, tem que ser para os agentes. Mas como a legislação deixou uma lacuna, então os prefeitos usam isso. E hoje as verbas indenizatórias, o décimo terceiro, insalubridade, gratificações, progressões e tudo mais, quinquênios e tudo, tudo é de responsabilidade do município, do recurso próprio. O governo federal tem a responsabilidade apenas do piso, do vencimento. Está certo? Mas eles pegam esse dinheiro ao invés de converter em favor deles, assim como na educação, o dinheiro que sobra lá no Fundeb é partilhado de forma isonômica com os trabalhadores da educação. Então, esse é o segundo ponto. Nós estamos dando endereço numa emenda na Lei Orgânica, numa



emenda na Lei Orgânica, dando endereço e não estamos aumentando despesa, não tem impacto financeiro porque o recurso já veio. Terceiro e foi dito aqui muito bem por vocês, que é a questão da desprecarização da relação de trabalho, hoje a relação é precaríssima. A legislação diz que o agente tem que entrar através de processo seletivo e que ele não pode ser mandado embora, a não ser em algumas hipóteses, uma delas é se o programa acabar, outra se for através de um PAD, processo administrativo disciplinar. Mas isso não está contemplado na legislação municipal e faculta a alguns prefeitos do Brasil fazer demissões, para poder depois colocar lá os seus apaniguados, de acordo com o interesse político, isso acontece muito. Fazer com que os agentes sejam submetidos novamente a processos seletivos permanentemente, ficar renovando esses contratos e cada vez que você vai renovar um contrato desse é uma apreensão, o psicológico vai lá embaixo porque não sabe se ele vai renovar, se ele vai prorrogar ou se não vai. Então, tem o que nós queremos? Da mesma forma que a emenda constitucional 51, é importante que vocês tenham conhecimento da emenda constitucional 51, que ela diz o seguinte: quem estava trabalhando no dia quatorze de fevereiro de 2006, quem estava trabalhando naquela data ganhou estabilidade no emprego. Não é efetividade, Presidente, porque você, para se tornar um servidor efetivo, tem que ser através de concurso público, essa modalidade de processo seletivo é coisa nova, perfeito? E ela foi colocada pela questão do princípio da territorialidade, princípio do território, que só pode participar desse concurso quem mora no bairro, diferente do concurso que é universal, perfeito? Então, veja bem, a emenda constitucional garantiu a esse



peçoal que entrou antes de 2006, através de processo seletivo, a estabilidade. Mas quem entrou de 2006 para cá, até hoje? Como disse aqui o processo seletivo de 2020, esse peçoal não tem garantia. Então, nós estamos colocando na emenda à Lei Orgânica que uma vez que ele fez processo seletivo, ele ganha também a estabilidade igualzinho à emenda 51, e ele só pode ser demitido se o programa acabar. Como a gente acredita que esse programa não vai acabar, então nós estamos dizendo que essa estabilidade é uma estabilidade, é uma efetividade, vamos dizer assim, relativa, porque o concursado não pode ser mandado embora em hipótese alguma, se terminar um programa, remove ele para outra área, mas o agente, sim, se acabar o programa hoje e aí? Como o programa não vai acabar, então a gente quer estabelecer essa estabilidade relativa para eles; eles não vão poder ser mandados embora. Portanto, Presidente, é hora de a Câmara Municipal e a gente não precisa ficar esperando toda vida o governo municipal tomar a iniciativa, se o governo municipal demorar a tomar iniciativa, essa Casa tem a prerrogativa de iniciar o procedimento aqui, entendeu? E aí, não é de forma alguma inconstitucional partir daqui, sabe porque? Fosse inconstitucional, Presidente, jamais o Congresso Nacional agora, a Câmara e o Senado, poderia estabelecer o piso de dois salários mínimos, jamais, que a iniciativa seria privativa do Chefe do Executivo Federal. Então, pelo princípio da simetria, aquilo que pode lá pode aqui, porque a força normativa da Constituição para o Brasil é a mesma força normativa da Lei Orgânica a nível de município. Portanto, essa Câmara Municipal não pode se apequenar nesse momento, Presidente, tem que se agigantar. Eu gostaria de colocar aqui a nossa



consultoria à disposição de vossa excelência e de todos os vereadores. E no mais, agradecer por essa oportunidade de estar aqui, na Câmara de Nova Lima. Eu tenho um amigo aqui, que foi prefeito aqui várias vezes, o Vítor Penido, nós já tivemos alguns embates em Brasília, no passado, por causa da questão do número de vereadores, de repasse para a Câmara Municipal, a Emenda Penido, então nós já tivemos algumas discussões muito boas, mas no campo democrático, no campo das ideias, eu gosto muito dele, do Vítor Penido. Se alguém de vocês for amigo dele, leve um abraço carinhoso do Rogério Rodrigues da Silva. Muito obrigado, um grande abraço. Muito obrigado a todos vocês”. Senhor Presidente: “Rogério, te agradecer pelo esclarecimento. Eu sei que você não representa só a classe da saúde, mas todas as classes. Foi muito enriquecedor o seu depoimento. Muito obrigado. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite a todos”.

---